

## ATA DE REUNIÃO

**Data:** 27.05.2020

**Local:** reunião online

**Presenças:** Juiz **Adriano Santos Wilhelms**;  
Juiz **Leandro Krebs Gonçalves**;  
Juiz **Márcio Lima do Amaral**;  
Juíza **Rachel Albuquerque de Medeiros Mello**;  
Servidora **Nadir da Costa Jardim**;  
Servidor **Rafael Sabini Scherer**;

**Convidados:** Servidora **Bárbara Burgardt Casaletti**,  
Servidor **João Henrique C. de Lima Ribas**;  
Servidor **André Assis**;  
Servidor **Eder Giovane Scherer de Oliveira**;  
Servidora **Cláudia Duarte Raffo**;

**Secretária:** Gabriela Balbinot (AGE)

**Horário:** 14h10 - 15h

**Pauta:** Apresentação da Proposta Orçamentária Prévia do TRT4 para o ano de 2021.

---

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte, às 14 horas e 10 minutos, ocorreu reunião online do Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição contando com as presenças acima nominadas, registrada a ausência justificada do membro suplente Evandro Luis Dahmer. A reunião foi conduzida pelo Juiz Adriano Santos Wilhelms conforme registro que segue: Juiz Adriano saudou os integrantes presentes e mencionou o processo de recomposição do comitê em andamento, mediante abertura de edital para candidatos interessados em ocupar a vaga para Juiz de primeiro grau e de servidor. Juiz Márcio solicitou que sejam incluídos na lista de emails do comitê, os emails da AMATRA e do Sintrajufe/RS, o que foi acolhido. Juiz Adriano, a seguir, passou a palavra à Bárbara que informou tratar-se da apresentação ao Comitê de proposta orçamentária prévia do TRT da 4ª Região para o ano de 2021. Destacou que seu

conteúdo difere pouco da enviada para o ano de 2020. Juiz Márcio questionou qual seria a função do comitê nessa reunião. Bárbara respondeu que se trata de oportunidade para a Administração apresentar a proposta orçamentária prévia para o ano de 2021. Juiz Márcio questionou se o comitê aprovará ou não a proposta apresentada. Bárbara esclareceu que a aprovação do orçamento cabe à Presidente, Des<sup>a</sup> Carmen. Juiz Márcio comentou que, então, o comitê não aprova, apenas toma ciência. Juiz Adriano esclareceu que o comitê, como parte da gestão colaborativa do Tribunal, precisa conhecer o seu orçamento. Juiz Márcio reportou que no ano de 2019 já havia sido solicitado que a proposta orçamentária fosse apresentada com maior antecedência, e enviada previamente à reunião, inclusive, para estudo pelos membros do comitê. Bárbara destacou que se trata de proposta orçamentária prévia e que a definitiva será encaminhada no mês de julho, havendo tempo até então para serem feitos ajustes. João acrescentou que o prazo concedido pelo CSJT para que o Tribunal apresente sua proposta é exíguo e informou que em 29.05 deverá ser encaminhada a proposta orçamentária prévia. Destacou que além de elaborar a proposta em prazo exíguo, há necessidade de realizar reuniões com diversas áreas do Tribunal antes de levá-la à Presidência, para aprovação. Afirmou que há oportunidade até julho para alterar a proposta orçamentária. A seguir iniciou a apresentação de material projetado na tela compartilhada pelos presentes e mencionou que atualmente o orçamento é mais rígido, em virtude do limite de teto imposto pela EC nº 95/2016. Acrescentou que hoje em dia é concedido o orçamento e cada órgão se ajusta. Esclareceu que o orçamento é dividido em despesas obrigatórias e discricionárias. Que as obrigatórias correspondem à folha de pagamento e benefícios, principalmente. Que as discricionárias referem-se a custeio e investimentos. O orçamento total do TRT4 gira em torno de R\$ 1,6 bilhão. Destacou que o aumento do montante destinado às despesas discricionárias apenas cobrirá o reajuste dos contratos vigentes. Informou que uma parte das despesas de TI estão compreendidas entre as despesas gerais e a outra, em rubrica específica de TI. Prosseguiu apresentando o valor destinado à capacitação de magistrados e servidores e informou que está sendo mantido o mesmo valor apresentado na proposta de 2020. Com relação às despesas de Comunicação Social, mencionou que os gastos com as publicações no Diário Oficial deixaram de existir, passando as publicações a serem gratuitas. Relativamente às despesas de custeio, houve redução de valores, mediante ajuste de algumas áreas, para direcionar a diferença aos investimentos a serem realizados em 2021. Afirmou que em 2020 haverá menos investimento

---

em manutenção, uma vez que parte dos valores será direcionada à finalização de obras e que em 2021 haverá diminuição das despesas de custeio para haver maior investimento. Juiz Márcio questionou a diferença no valor total aumentado de investimentos. Bárbara esclareceu que, do total, R\$ 6,5 milhões estão direcionados à TI. Justificou que em 2021 deverão ser trocados os switches, equipamentos responsáveis pela interligação dos equipamentos em rede no TRT4, cujo custo individual é de R\$ 3,5 milhões. Acrescentou que a TI foi a área que mais demandou verba do orçamento e comentou que, em deliberações anteriores deste comitê, o entendimento foi por priorizar a área de TI. Mencionou, ainda, que para incluir obras em 2021, estas devem estar previamente aprovadas pelo CSJT, e que a 4ª Região pretende realizar obras em São Leopoldo, Rio Grande e Santa Rosa. Juiz Márcio questionou a respeito da proposta de aumentar o número de estagiários. Bárbara informou que a previsão para 2021 é de valor mais alto para esta rubrica, buscando manter os estagiários, realizando o acréscimo que foi possível, em termos de orçamento. Eder apresentou as despesas obrigatórias, que compreendem pessoal, encargos sociais, patronal, benefícios, honorários periciais, ajuda de custo, auxílio moradia. Ressaltou que o prazo para apresentação da proposta definitiva é mais curto que o da prévia. Destacou que, em termos gerais de pessoal, o valor se mantém o mesmo. Mencionou o crescimento vegetativo do valor em função do aumento de proventos de servidores que se aposentam pela média, assim como progressões e promoções funcionais. Mencionou o acréscimo autorizado pela EC nº 95/2016 e a variação do IPCA 2019/2020. Quanto ao IPCA, informou que está decrescente e que, portanto, o incremento será um pouco menor. Ressaltou que o valor disponível garante o pagamento da folha, de férias e da gratificação natalina. Quanto aos benefícios, destacou que houve pequeno acréscimo relativo à parte odontológica, que será ajustada, e que, portanto, os benefícios também estão garantidos. Relativamente aos honorários periciais, informou que houve diminuição do orçamento e que isso refletirá em um decréscimo do pagamento do número de perícias. Prosseguiu informando que o auxílio-moradia está mantido, caso seja necessário pagá-lo a algum magistrado. Mencionou que a folha encontra-se em valor próximo ao de 2020. Juiz Márcio comentou que havia sido discutida em 2019 no comitê, a rubrica alta dos peritos, e que percebeu para 2021, a redução de R\$ 2,5 milhões. Mencionou que havia sido comentada pelo comitê a idéia de fazer um trabalho institucional para reduzir esses valores. Juiz Adriano destacou que é importante passar a conscientização dos colegas, diretamente ligado ao posicionamento dos magistrados. Mencionou que não dispõe de

---

padrão comparativo quanto a outros tribunais de mesmo porte referentemente ao valor que destinam ao pagamento de honorários periciais. Mencionou que é importante encontrar um ponto de equilíbrio, pois não é razoável aplicar a tabela do CNJ. Juiz Márcio sugeriu que sejam fixados os honorários pelo máximo e mencionou que este é um assunto para a Administração pensar pois, em seu entendimento, ainda há margem para isso. A seguir, questionou quanto aos valores disponíveis no orçamento para o pagamento de GEC-J e diárias aos magistrados. Eder mencionou que os valores foram mantidos. Informou que as diárias estão na despesas gerais ou capacitação, e que foi mantido seu valor, sem redução. Bárbara mencionou que está à disposição até o mês de julho para qualquer outro esclarecimento. Juiz Márcio solicitou o envio do material apresentado. Juiz Adriano mencionou que nesse comitê em específico os pontos de interesse são os 1º grau, destacando a implementação do abono de férias e a instalação da segunda sala de audiências. Sugeriu nova reunião antes da entrega da proposta orçamentária definitiva e destacou que a recomposição do comitê ocorrerá em junho, já que os ocupantes das vagas por eleição ainda estão sendo definidos. Sugeriu dois itens de pauta para a próxima reunião: eleição do coordenador do comitê e deliberação sobre os assuntos mencionados. Destacou que a Presidente Carmen realizará contato no Colepdecor para averiguar a situação, pois é problema de todos os tribunais. Bárbara noticiou a respeito da reunião de que participaram os vinte e quatro Diretores-Gerais e a Secretária-Geral, onde foi informado que, por ora, não há recurso para essa rubrica. Juiz Márcio perguntou se não há de onde remanejar valores. Bárbara esclareceu que somente com orientação do CSJT isso é possível. Reunião encerrada às 15h, ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais - AGE, e enviada a todos por meio eletrônico para validação.